

LIVRO COR. CASTRO CARNEIRO

Coimbra, 13.11.2025

- Estou aqui, no papel de apresentador, como quem paga uma dívida (a fazer de contas que pago, bem ciente de que há dívidas que não se pagam).

Não me refiro sequer à dívida que todos temos para com os *capitães de Abril*, entre os quais está o capitão José Adelino Castro Carneiro, nascido no Porto, mas, do coração, beirão de Sernancelhe, na minha Beira Alta. Falo só das minhas dívidas pessoais para com ele: ajudou a escrever o meu livro *O Novembro que Abril não merecia*, tanta e tão importante foi a informação que colocou à minha disposição (alguma que só ele tinha) e deu-me a alegria de aceitar apresentar este ‘nosso’ livro em duas ocasiões. Bem haja, como se diz na minha terra, que é a terra de José Dias Coelho.

- Até hoje, nunca tinha apresentado um QUASE-LIVRO. Esta é a minha estreia nestas tarefas, porque o Coronel Castro Carneiro diz que este seu livro é um *quase-livro*. E quis que eu o apresentasse aqui em Coimbra. Se o considerasse um livro, teria escolhido, certamente, um apresentador mais credenciado. Por mim, direi que este *quase-livro é mais do que um livro*: é uma conversa íntima com a família e com os Amigos mais próximos. Num clima onde só se dizem verdades, porque todos os interlocutores identificariam facilmente as mentiras.

É uma conversa que não obedece a um guião, com ‘histórias’ contadas de trás para a frente e da frente para trás, uma conversa assente em notas soltas e entremeada de comentários que mais parecem desabafos. Este livro lê-se como um romance, um romance onde, como muitas vezes acontece nos romances, os personagens fogem ao comando do autor. Não é um romance policial, embora os ‘bandidos’ ocupem muitas páginas das ‘histórias’ contadas pelo autor.

- Para explicar o 25 de Abril, fala-nos do colonialismo português, tão cruel e desumano como qualquer outro. Fala-nos da guerra colonial e do que lá viu e sofreu. Fala-nos da dureza dos combates (matar para não ser morto). Fala-nos do milhão e meio de jovens portugueses obrigados a combater uma guerra que não era a sua. Fala-nos dos dez mil portugueses que nela morreram e dos milhares de feridos e atingidos pelo *stress* pós-traumático. E diz-nos que foi em M’Pozo (um dos palcos da guerra em Angola) que, pela primeira vez, ouviu um major do Exército português dizer-lhe que a única solução para pôr termo à guerra, para não se repetir a Índia, era o derrube da ditadura no nosso País.

Recorda-nos que os governos colonial-fascistas gastaram 40% das verbas inscritas no OE para financiar a guerra, apesar de condenarem os nossos jovens a combater com meios

muito inferiores aos da guerrilha. Põe em relevo que, guardadas as devidas proporções, Salazar-Caetano empenharam nove vezes mais efectivos nas três frentes da guerra em África do que os EUA no Vietname, sendo que as nossas baixas foram, proporcionalmente, cinco vezes superiores às das tropas americanas no Vietname.

Aos que dizem que os *militares de Abril* e o *Portugal de Abril* entregaram as colónias (as ‘províncias ultramarinas’) ao desbarato, quando a guerra estava praticamente ganha, recorda que já Salazar dizia a Marcelo Caetano: “não vamos conseguir ganhar a guerra.”

Recorda que a alteração que Spínola conseguiu introduzir no Programa da MFA, já na madrugada do 25 de Abril, retirando a referência ao *direito dos povos à autodeterminação e à independência*, custou às nossas tropas, em 1974, mais mortos depois do 25 de Abril do que antes do 25 de Abril. Salvo na Guiné, onde os oficiais do MFA despacharam o Governador Geral e iniciou de imediato contactos com o PAIGC.

Recorda também o encontro de Marcelo Caetano com Nixon na Base das Lajes (1972) e o ‘conselho’ de Nixon: “abandonem a Guiné, que não interessa a ninguém; vietnamizem Moçambique (dêem o Norte à Frelimo, ficando o Sul do nosso lado); reforcem a presença em Angola, essa é connosco.”

Recorda que, por alturas do 25 de Abril, ao mesmo tempo que condenava os nossos jovens a morrer pela *pátria multicontinental e multirracial*, negociava com os EUA uma qualquer forma de independência dos brancos, entregando Angola e Moçambique à África do Sul para se constituir (junto com a Rodésia e a Namíbia) uma África Austral do *apartheid*, um “baluarte inexpugnável do poder branco.”

Em condições particularmente adversas, os militares portugueses aguentaram a guerra durante 13 anos, que o governo fascista não aproveitou para negociar a paz e a independência inevitável das colónias. Como na Índia, o fascismo queria impor aos militares o dilema *mortos ou vitoriosos*. No Quartel do Carmo, Salgueiro Maia disse a Marcelo Caetano: “não queremos mais Índias.”

Castro Carneiro partilha o ponto de vista de que, como em todos os casos de descolonização, também nas colónias portuguesas *a descolonização foi obra dos povos colonizados*, que, nos últimos anos de colonialismo, fechada qualquer outra alternativa pelo colonial-fascismo português, se *organizaram* para lutar pelo seu direito à dignidade e à independência, lutando de armas na mão.

E critica os que defendem – sem perceber nada daquilo de que falam – que a descolonização deveria ter sido feita segundo o modelo do agrado da potência colonial, com referendos (em que participariam colonizadores e colonizados) e outras flores de retórica.

Como se a vontade dos povos colonizados não tivesse sido claramente demonstrada numa guerra que durou treze anos e como se essa vontade não contasse para nada. Escreve Castro Carneiro (p. 68): “é o raciocínio colonial aplicado à própria descolonização.”

Não vou falar dos horrores da guerra, nem o Coronel Castro Carneiro fala muito disso. Mas publica o Relatório de Salgueiro Maia sobre acções que comandou em Guidage, na Guiné. Poderia ser o guião de um filme tipo *Apocalypse Now*. Aperta-nos o coração, mas vale a pena ler este Relatório.

O autor repudia a tese dos que defendem que “o 25 de Abril foi obra de militares a soldo de Moscovo.” E creio que as reiteradas referências ao *implicado* Salgueiro Maia são uma maneira de mostrar que os *implicados no 25 de Abril* são os *implicados* numa guerra que lhes foi imposta, que compreenderam *nunca poderia ser ganha*; que compreenderam ser uma *guerra injusta*, porque os povos das colónias tinham todo o direito a ser independentes; que compreenderam que a própria libertação do povo português pressupunha a libertação dos povos colonizados, o que exigia o derrube do regime colonial-fascista, que os EUA e as ‘democracias europeias’ nos obrigaram a suportar durante mais trinta anos após a derrota do nazi-fascismo; que, por isso mesmo, compreenderam que tinham de derrubar o fascismo *sozinhos*, assumindo-se como *o povo em armas*, dando continuidade à luta heróica daqueles que, nesta nossa *pátria lugar de exílio*, lutaram sempre contra o colonial-fascismo, solidários com a luta dos povos das colónias.

- Para além de certos episódios da sua história pessoal, Castro Carneiro percorre todo o período após o 25 de Abril, mostrando que os *militares de Abril* que sempre trabalharam para manter abertas *as portas que Abril abriu* deram provas de dignidade e de respeito pelos valores militares e pelos interesses do Portugal soberano.

Castro Carneiro fala do *Golpe Palma Carlos* (que viveu por dentro e que poderíamos chamar *golpe Spínola* ou *golpe Spínola-Sá Carneiro* ou *golpe Spínola-Sá Carneiro-Palma Carlos*) e realça que foi Vasco Gonçalves quem enfrentou Spínola. Fala do *Documento Hugo dos Santos* e do golpe da *maioria silenciosa*, que visavam dissolver a Comissão Coordenadora do MFA e fazer recolher os militares a quartéis, extinguindo o MFA, entregando todo o poder a Spínola e substituindo a Assembleia Constituinte por um referendo que aprovasse, à boa maneira salazarenta, a constituição proposta por Spínola. E fala do 11 de Março e da famosa *matança da Páscoa*, recordando que um ‘truque’ semelhante já tinha sido usado para ‘legitimar’ o golpe de Pinochet no Chile.

Viveu por dentro a descoberta do ELP, contando a ‘história’ da famosa reunião em Salamanca, denunciada por João Pinto Ranito, explicitando que nessa reunião participaram

(e foram devidamente fotografados), além de outros, um irmão do futuro general Carlos Azeredo (esse mesmo que Mário Soares escolheu para Chefe da sua Casa Militar na Presidência da República, esse mesmo que defendeu o *terrorismo bom*, para liquidar os gonçalvistas e os comunistas); José Vieira de Carvalho (que foi dirigente da União Nacional/Ação Nacional Popular e presidente da Câmara da Maia, antes e depois do 25 de Abril, eleito como dirigente do PPD/PSD); o industrial Araújo Moreira (pai de Rui Moreira, antigo comentador de futebol e ainda Presidente da CMPorto) e ainda um tal José Maria Bernardo Pinto (que diz ser lugar-tenente de Daniel Chipenda, que Pazarat Correia diz ter sido informador da Pide desde os tempos de estudante/futebolista em Coimbra).

- Sobre os tempos em que decorreu a preparação do 25 de Novembro (o 25NOV do *Grupo dos Nove* e seus aliados), o livro revela e organiza informações importantes acerca do que se fez, por parte dos golpistas, em nome do princípio de que *os fins justificam os meios*, invocado por Melo Antunes para justificar acções que ele próprio considera ilegais, subversivas e à margem dos valores militares (a começar pelo próprio *Documentos Nove* – “um acto de subversão absolutamente condenável, que não tinha nada que ver com a ética militar”, nas palavras do próprio Melo Antunes –, que nunca foi apresentado a qualquer dos órgãos do MFA, mas foi levado ao conhecimento de Carlucci, antes de ser tornado público). Custa-me dizer isto. Mas *vi, ouvi e li, não posso ignorar...*

Castro Carneiro recorda o que, em NOV/2000, Alpoim Calvão disse ao jornalista do *Público* Eduardo Dâmaso: “Corvacho estava ao serviço de forças extremas e não da legalidade, foi ele que inventou o ELP.”

Ao que parece com mandato do *Grupo dos Nove* (eu desconfio que, em muitas ocasiões, o *Grupo* teve menos de nove membros..., mas é um palpite meu), o major Sousa e Castro encarregou-se de coordenar a infame campanha contra Corvacho. O Coronel Castro Carneiro (que esteve no centro do que se passou no Norte) fala-nos dessa campanha, não se coibindo de revelar (p. 64) que o major Sousa e Castro (do *Grupo dos Nove*) “chegou a pedir a um camarada presente [numa determinada reunião] a eliminação física de Corvacho.” No recente discurso na Assembleia Geral da ONU, Trump vangloriou-se de que muitos dos principais comandantes militares do Irão tinham sido mortos. Esqueceu-se de dizer (talvez por entender que todos sabíamos) que foram mortos graças a *acções terroristas* levadas a cabo por Israel e pelos EUA. Deve mesmo haver um *terrorismo bom* (*terrorismo mau* é o do Hamas, como o foi o praticado por Mandela – que ainda figurava na lista dos terroristas oficiais do governo dos EUA quando já era Presidente da África do Sul – e pelos dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, que, entretanto, eram recebidos pela

Papa Paulo VI e eram colaboradores da ONU na luta contra o colonialismo). Esta informação do Coronel Castro Carneiro mostra que o *terrorismo bom* já era reconhecido em Portugal bastante antes de Trump (e não só por Carlos Azeredo). É o acontece quando se aceita que *os fins justificam os meios*. Tal como os comandantes militares do Irão, Eurico Corvacho merecia ser morto, porque alguém acreditava (ou, simplesmente, proclamava) que ele estava ao serviço de forças extremas.

Em defesa de Corvacho, invoca o testemunho do jornalista José Saraiva (destacado dirigente do PS, então Director do *Jornal de Notícias*): “Corvacho não pertence a nenhuma linha política, mas é incómodo para a direita. O PS entrou na jogada, apesar de não ser essa a vontade de muitos dos seus militantes (e até dirigentes, especialmente nortenhos...)”. Porque, descoberta a existência do ELP e a natureza terrorista dos seus propósitos, se dispôs a combater a organização terrorista, Eurico Corvacho tornou-se incómodo, não só para a direita, mas para outra gente (*há sempre um Portugal desconhecido...*).

Castro Carneiro recorda que o próprio Corvacho exigiu ao Conselho da Revolução um inquérito sobre a sua actuação à frente da RMN. Dele nada resultou em seu desabono, pelo que o CR o confirmou no cargo, mandando apresentar em Lisboa os oficiais que, traiçoeiramente, conspiraram contra ele, sob a batuta de Sousa e Castro. Pois bem. Os que defendiam a necessidade de impor a disciplina nas FFAA (posta em causa por militares extremistas) cometeram um acto gravíssimo de indisciplina militar: vários comandantes de Unidades da RMN, em vez de se apresentarem em Lisboa, como ordenara o CR, pediram ‘asilo político’ ao Comandante da RMCentro (Franco Charais, elemento do *Grupo dos Nove*).

- No que se refere ao 25 de Novembro, Castro Carneiro subscreve a tese dos que entendem que o *Documento dos Nove* foi a *carta constitucional do 25 de Novembro* (Coronel Matos Gomes).

E mostra que quem foi importante na acção do *grupo militar* que se diz ter sido comandado por Eanes foram, afinal, Loureiro dos Santos (que confessou, vaidoso, ter sido ele o autor do *plano de operações*) e Tomé Pinto (por esta ordem, porque – diz quem sabe – aquele que faz o *plano de operações* é que é o ‘dono do negócio’). Eanes não terá passado de *mero oficial de operações*. E diz o que outros protagonistas também defendem: este grupo tinha um *plano de acção ofensivo*, que seria posto em marcha (quase certo com mais violência do que a que se registou), mesmo que os paraquedistas tivessem ficado quietinhos a ver a banda passar.

E recorda declarações de Alpoim Calvão, que confirmam informações que, conforme confissão dos próprios, outros actores também tinham (Melo Antunes, Pezarat Correia,

Vasco Lourenço, Franco Charais): a extrema-direita preparava, para 30 de Novembro, um *pinochetazço a sério* (a expressão é de Melo Antunes).

Para o *Grupo dos Nove*, no entanto, o *inimigo principal* continuava a ser a *esquerda militar*. Melo Antunes fez tudo para ter junto de si, no combate contra este *inimigo revolucionário*, o ‘ultra-revolucionário’ Otelo, que proibiu Vasco Gonçalves de visitar as Unidades militares integradas no Copcon, enquanto Melo Antunes defendia que oficiais como Vasco Gonçalves e Carlos Fabião (que chegou a ser anunciado como Primeiro-Ministro de um governo promovido pelos *Nove*) não tinham lugar nas Forças Armadas portuguesas. Melo Antunes não conseguiu trazer para o seu ‘exército’ as armas de Otelo. Mas sabia que, no combate contra o ‘inimigo principal’, podia contar com todo o apoio dos EUA de Kissinger, ao qual prometeu lutar sem descanso no sentido de evitar o perigo de Portugal se transformar numa *ditadura comunista pró-soviética*.

Castro Carneiro perguntava-se, entretanto, por onde andava aquele Major que, no M’Pozo, o tinha convencido de que o verdadeiro inimigo do povo português não eram os povos das colónias e os seus movimentos de libertação, mas o colonial-fascismo, que era necessário derrubar quanto antes.

- O autor deste livro não se esquece de falar das *provocações* organizadas para fazer saltar a extrema-esquerda ou o PCP, como previa (e desejava) Melo Antunes. Depois, era só esmagar os que saltassem (sem excluir a hipótese de *guerra civil*). Para isso, os *Nove* tinham montado uma *estrutura militar clandestina*, sabendo que toda a direita e extrema-direita estava por detrás deles, ansiosa por *matar comunistas*, como a Santa Inquisição tinha morto *hereges*.

Entre as *provocações* (e é das de menor calibre), refere o chamado cerco à Assembleia Constituinte. Para esclarecer o que se passou, cita Costa Gomes: “O Ministro do Trabalho e o Primeiro-Ministro tinham prometido receber os operários da construção civil. Não os receberam. Foi a sua inabilidade que provocou o sucedido. Foi uma bola de neve. (...) Os governantes têm de saber ouvir, de saber argumentar, têm, sobretudo, de ser educados. (...) Eu sabia que os manifestantes não actuariam violentamente, a não ser que fossem provocados. Daí o ter utilizado a Polícia Militar, que desfrutava de boa imagem junto deles.”

Como os fins justificavam os meios, é claro que *quanto pior melhor*. Vai-se ao ponto de criar situações que podem desencadear guerras civis.

- Ao contrário da previsão de Melo Antunes (ou ‘saltam’ os esquerdistas ou salta o PCP), quem ‘saltou’ foram os paraquedistas. Castro Carneiro diz o que todos dizem: os paraquedistas não quiseram fazer nenhum golpe de estado, quiseram apenas contestar o

CEMFA, Morais e Silva, que o próprio Vasco Lourenço considera um oportunista desprezível, sem quaisquer princípios éticos.

Mas este livro contém um depoimento valioso, do seu colega de curso Albano Pinela, na altura capitão paraquedista (pp. 88ss). Embora discordando da atitude dos seus camaradas, o capitão Pinela acompanhou os 123 oficiais paraquedistas que, em 11.Nov.1975, abandonaram a Unidade, colocando-se às ordens do CEMFA, que os enviou para Cortegaça. Porque não teve coragem de ficar sozinho na Unidade, diz ele. No entanto, tendo-se apercebido melhor dos objectivos do projecto insurreccional em marcha, resolveu ficar em casa até 24 de Novembro, dia em que se apresentou na sua Unidade.

Diz o Coronel Pinela que esta acção do CEMFA deixou sozinhos na Unidade, com todo o seu armamento e equipamento, mais de mil homens, sem comando e sem oficiais. Era esta gente que dizia pretender fazer respeitar a disciplina no seio das FFAA!

A este respeito, as honras cabem aos paraquedistas. Segundo o Cor. Pinela, apesar das dificuldades, a disciplina militar foi sempre respeitada: o militar mais antigo assegurava o comando, aos vários níveis. Quando o Major Pessoa se apresentou na Unidade, foi-lhe confiado o Comando, tendo ficado à frente das duas companhias operacionais o Capitão Marçalo e o Tenente Matos Serra. Como tinham sido cortadas as verbas necessárias ao funcionamento da Unidade, incluindo a alimentação (a população de Tancos teve de os ajudar), foram estabelecidos contactos com o Copcon e com a Presidência da República.

O Coronel Pinela faz questão de sublinhar o comportamento exemplar dos paraquedistas que ocuparam Monsanto: *poderiam ter aniquilado os Comandos* – diz ele –, mas preferiram deixar-se aprisionar, para evitar derramamento de sangue e, quem sabe, a guerra civil. Sabemos que não deram um tiro e estavam cientes de que o Comando da FA já não estava em Monsanto e de que os aviões, os homens e as armas já não estavam em Monte Real.

Mais: diz o Coronel Pinela que, encerrado o episódio à volta da saída dos paraquedistas, apurou-se que não desapareceu uma arma sequer. Uma grande demonstração de disciplina militar e de patriotismo (não à guerra civil!).

Quanto ao capitão Pinela: foi parar à prisão de Custóias (onde esteve hospedado dois meses e meio à custa do Estado) e esteve depois suspenso do serviço durante sete anos. Nunca foi acusado de nada e muito menos foi julgado. É a *justiça de novembro*.

- Vasco Lourenço confessou que os *Nove* e o seu *grupo militar* tinham um plano para cercar a *comuna de Lisboa* e, se necessário, bombardear várias Unidades inimigas.

Hoje sabemos que os *novembristas* (Vasco Lourenço, Melo Antunes, Aurélio Trindade e outros) tentaram sequestrar Costa Gomes no Palácio de Belém, para onde se dirigiram logo que tiveram conhecimento da saída dos paraquedistas (*foi como sopa no mel*, comentou Vasco Lourenço, na ocasião), esforçando-se por convencer Costa Gomes a seguir as orientações vindas do *grupo militar* instalado no Regimento de Comandos da Amadora e a tratar a saída dos paraquedistas como uma *tentativa de golpe de estado*.

Vasco Lourenço diz que não foi fácil convencer Costa Gomes: este chamou Álvaro Cunhal a Belém; pediu ajuda a Costa Martins; adiou a declaração do *estado de sítio* e limitou a área de aplicação e a sua duração; colocou sob o seu comando directo várias unidades militares; manteve o CR em reunião permanente em Belém.

Aurélio Trindade reconheceu que *as ordens* (vindas de onde?) *eram claras: neutralizar* Costa Gomes se ele se colocasse do lado do inimigo. Quer dizer: o *plano* deste 25 de Novembro admitia um *golpe de estado*: neutralizar Costa Gomes era destituí-lo das suas funções de CEMFA e de PR. Formalizado este golpe de estado, a guerra civil seria praticamente inevitável.

E houve quem tentasse atear o fogo. Contra a vontade do *Grupo dos Nove* e de Vasco Lourenço (que era o Governador Militar de Lisboa), o *grupo militar* de Eanes distribuiu armas a civis, bombardeou o quartel da Polícia Militar na Calçada da Ajuda (que estava com o portão fechado, respeitando a ordem de *estado de prevenção* decretado por Costa Gomes) e deu à PSP uma lista de oficiais de esquerda para serem presos pela PSP, o primeiro dos quais era o capitão Nuno Pinto Soares. Um escândalo e uma vergonha: nunca oficiais das FFAA portuguesas foram presos pela PSP!

Trata-se de actos de traição de Eanes e dos seus ‘chefes’ (Loureiro dos Santos, Tomé Pinto e Aurélio Trindade) para com Vasco Lourenço (superior hierárquico de todos eles) e para com o *Grupo dos Nove*. Vasco Lourenço diz que conseguiu evitar a prisão de oficiais pela PSP. Mas não conseguiu evitar o assalto ao quartel da Polícia Militar (e os mortos que ele provocou): Eanes disse-lhe que não podia parar a operação porque não tinha comunicações rádio com a tropa de Jaime Neves (ninguém acredita nisto, será que o então Brigadeiro Vasco Lourenço acreditou?). Não conseguiu também evitar a prisão (sem qualquer fundamento sério) de vários oficiais do Copcon. E diz que só bastante mais tarde teve conhecimento da distribuição de armas a civis.

A este propósito, Castro Carneiro cita o cónego Melo: “há muita coisa que o general Eanes fez que só ele sabe. No dia 25 de Novembro havia uma cadeia hierárquica e ele estava no último posto. (...) O Eanes foi empurrado para a liderança. Ele que explique como foi.

(...) Estou convencido de que há verdades que ainda não estão apuradas. Há muitas críticas e censuras que lhe fazem... Ele não responde...”

Carlucci diz que cedo se apercebeu das qualidades líder de Eanes. De tal modo que, graças a uma ‘cunha’ dele, Eanes até foi frequentar um curso da NATO, que o *Embaixador da CIA* diz ter tido um grande impacto no seu eleito’. Terá sido esta a razão que explica que Eanes (que pelo menos desde Fev/1975 conspirava com os spinolistas contra o MFA e contra o 25 de Abril) tenha passado à frente de toda a gente: nomeou-se general, foi entronado como Chefe do Estado Maior do Exército e chegou a CEMGFA e a Presidente da República.

Sabia muito este cónego Melo... Talvez por isso a Câmara de Braga (liderada pelo PS) tenha decidido (com a abstenção dos vereadores do PPD/PSD e do CDS) erguer-lhe uma estátua, projecto que seria confirmado e levado à prática pelo Executivo seguinte (também liderado pelo PS), com os votos do PS (4) e do CDS (2), 3 abstenções do PPD/PSD e 2 votos contra (CDU e um independente eleito na lista do PPD/CDS).

- O Regimento de Comandos (comandado por Jaime Neves, o ‘herói’ que não aceitou cumprir a missão que lhe foi confiada no 25 de Abril – tomar a sede da Pide em Lisboa –, porque *era demasiado perigosa...*) tinha sido reforçado com antigos comandos contratados *ad hoc*, como mercenários, com a colaboração da Associação de Comandos, sob a alçada de Soares Carneiro, e de um serviço secreto do PPD.

Era a arma invencível ao serviço dos golpistas. Mas Costa Gomes, apesar de sequestrado em Belém, revelou a sua capacidade de manobra e o seu propósito de evitar a guerra civil, conseguindo organizar uma força militar sob o seu comando directo capaz de destruir o Regimento de Comandos.

O Coronel Castro Carneiro já tinha colocado à minha disposição um Memorando muito revelador, elaborado a seu pedido, pelo seu Amigo e Colega de Curso na Academia Militar, Coronel Manuel Lopes. Foi a leitura deste Memorando que me esclareceu sobre a constituição de um esquadrão de carros de combate comandado por Salgueiro Maia, que se deslocou de Santarém para Beiroas e daqui para a Academia Militar na Amadora (mesmo ao lado do quartel dos Comandos), disposta, se Costa Gomes entendesse que os Comandos ultrapassavam certos limites, a liquidar, em poucos minutos, o Regimento de Comandos. Esta força foi, para Costa Gomes, o mesmo que o Regimento de Comandos foi para os *Nove* (mas sem as traições praticadas pelo *grupo militar* instalado na Amadora).

Neste livro, o Coronel Castro Carneiro refere e valoriza, é claro, o Memorando do seu *Amigo Manel Lopes*, que esteve por dentro dos acontecimentos como oficial colocado em

Beírolas e que recusou obedecer à ordem vinda da Amadora, transmitida por um oficial spinolista, no sentido de ele se submeter ao comando do *grupo militar* de Eanes, alegando ter sido notificado de que deveria considerar-se às ordens do CEMGFA e PR, General Costa Gomes.

Por este acto de “insubordinação qualificada” (assim o classificaram os *poderes de novembro*), foi imediatamente demitido das suas funções e mandado de férias para os Açores. Depois foi submetido a processo disciplinar, de que não resultou qualquer condenação. Mas foi colocado na prateleira e passou à reserva como Coronel. *Justiça de Novembro...*

Neste livro encontramos agora o Relatório sobre a *Operação Presidente*, elaborado por Salgueiro Maia (pp. 203ss). Só depois de ler estes documentos percebi a baixeza com que os *novembristas* trataram Salgueiro Maia: foi também de férias para os Açores e acabou à frente do presídio militar de Santarém, como um simples carcereiro. Quiseram ofendê-lo, mas ele não se deixou ofender por gente de tão baixo quilate. *Não ofende quem quer!* Morreu como Tenente-Coronel *implicado no 25 de Abril*.

- Castro Carneiro valoriza também o livro do seu Amigo Ribeiro Cardoso, dedicado aos “militares de Abril que, após o 25 de Novembro, foram despudoradamente tratados pelos seus pares, julgados sem direito de defesa.” Este livro faz o retrato dos *novembristas*, civis e militares, pondo em evidência a sua falta de escrúpulos, a sua cobardia e a sua selvajaria, mostrando até onde pode conduzir a tese de que *os fins justificam os meios*. Os depoimentos do Cor. Nuno Santos Silva, do Com. Miguel Judas e do Major Médico Carlos Cruz de Oliveira mostram comportamentos que fazem lembrar os da Pide e dos esbirros às ordens de Pinochet e de Kissinger (o *comandante terrorista Kissinger*, o *maior terrorista do século XX*, como lhe chamou Noam Chomsky). Chegou a ser montado, por Pires Veloso e pelo seu chefe de estado-maior (que chegou a general, claro) uma operação destinada a assassinar um grupo de oficiais presos em Custóias, operação que foi gorada à última hora.

Com toda a razão, Castro Carneiro enfatiza a importância de um artigo publicado em *O Referencial* pelo Gen. Costa Neves, nomeadamente sobre a vergonha que foi a farsa do julgamento dos bombistas: os *poderes de novembro* impediram que fosse feita justiça.

- Sendo este também um livro de memórias, Castro Carneiro fala também um pouco de si próprio, como é natural. Mimosearam-no com um processo disciplinar, acusando-o de ‘crimes’ que sabiam não ter cometido; ameaçaram um sargento (incluindo ‘sanções’ sobre a família), forçando-o a mentir no julgamento; apesar das manobras, não o conseguiram condenar e fizeram desaparecer o processo, para apagar as ‘poucas-vergonhas’ que fizeram. Tentaram, sem sucesso, impedir a sua promoção a Coronel, mas conseguiram impedi-lo de

frequentar um Curso que lhe abria as portas do generalato. No âmbito do processo disciplinar, um dos ‘inquisidores’ às ordens do *Santo Conselho Superior de Disciplina*, disse-lhe que, no dia 25 de Abril, aqueles que o fizeram deveriam ter instalado, imediatamente, uma *ditadura militar*. Foi o que fizeram depois do 25 de Novembro, com a colaboração de muitos civis, como sempre acontece com as ditaduras militares.

- A *justiça dos vencedores* (planeada e organizada de antemão) não olhou a meios para atingir os seus fins. Um documento que ilustra isto mesmo é o vergonhoso *Relatório das Serviços*, um bom retrato da pulhice humana, ao qual o Coronel Castro Carneiro dedica particular atenção. Justificadamente: este texto é um bom *retrato da pulhice humana*.

A Comissão que o elaborou foi criada pelo *Conselho da Contra-Revolução* em 19.1.1976, e os seus membros tomaram posse em 26.1.1976.¹ Não certamente por acaso, o *Comércio do Porto* lançou por essa altura uma campanha sórdida contra alguns *militares de Abril* em serviço em Unidades da RMNorte, acusando-os da prática de *servícias* (é a ‘orquestra’ a funcionar e estes são alguns dos civis sempre dispostos a colaborar com as ditaduras militares). Entre os acusados estava o Capitão Castro Carneiro.

Na qualidade de Superintendente do Serviço da Polícia Judiciária Militar e dos Serviços Prisionais Militares, o então Major Costa Neves foi encarregado de acompanhar os trabalhos da Comissão. Cedo se apercebeu de que a Comissão não era imparcial: um dos membros era familiar de um dos detidos/acusador e Francisco Sousa Tavares era advogado de alguns membros do ELP, também acusadores; vários dos membros da Comissão faziam gala de se manifestar preconceituosamente contra certas personalidades de relevo no plano político-militar (Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Otelo), adiantando logo a sua ‘condenação’. Costa Neves informou disto mesmo o CR (de que era membro), comunicando que se demitiria das funções para que fora nomeado se nada fosse feito. O *Conselho da Contra-Revolução* aceitou a demissão de Costa Neves, e a festa continuou: *the show must go on!* O que se pretendia era *colocar o 25 de Abril no banco dos réus!*

Ao fim de seis meses, a comissão entregou o *Relatório das Serviços*, apresentado e discutido na AR, publicado pela IN/CM e também no *Diário de Notícias* de 4.12.1976. O texto publicado oficialmente pela IN/CM contém um *Prólogo*, não assinado, mas impresso em papel timbrado da Presidência da República (cujo titular era agora Ramalho Eanes).

¹ Aqui ficam os nomes, para sua glória: Brigadeiro Henrique Alves Calado (Presidente); Tem-Cor José Júlio Galamba de Castro; Capitão de Fragata Rogério Tavares Simões; Ten-Cor Manuel José Alvarenga de Sousa Santos; António Lourenço Martins (juiz de Direito); Ângelo de Almeida Ribeiro (advogado); José Rodrigues Pereira (advogado); Francisco de Sousa Tavares (advogado).

● Num artigo que publicou em *O Referencial* (n.º 151, 2023), o General Costa Neves diz que o *Relatório da Serviços* mostra “a clara intenção de embaciar o mérito universalmente atribuído à *Revolução dos Cravos*”, constituindo “um mal disfarçado manifesto político-ideológico contra o 25 de Abril.” Quanto ao *Prólogo*, Costa Neves diz que, “a avaliar pelo estilo da escrita e pela violência do texto, mas também pelo seu desajustamento em relação ao conteúdo do próprio Relatório, *quero acreditar* [itálico meu] que o autor não foi, com certeza, o Presidente da República Ramalho Eanes.”

Não conheço pessoalmente o General Costa Neves. Não sei se esta sua proclamada *crença* é fruto da ironia ou da ingenuidade. Inclino-me para a primeira hipótese, porque, em outro estudo seu (sobre o julgamento da rede bombista) mostra claramente que o PR Ramalho Eanes interferiu directamente na investigação, à margem da Constituição e da lei, claramente em defesa dos bombistas. De todo o modo, o seu *quero acreditar* situa-se no plano da fé e, aí, eu não posso acompanhá-lo. Mas acompanho-o nesta sua afirmação: “sob o ponto de vista estritamente formal, a responsabilidade desta *prosa* recai forçosamente sobre o Presidente da República Ramalho Eanes.”

É claro. A Comissão foi criada pelo Conselho da Revolução. Mas Ramalho Eanes quis tornar-se o grande protagonista da obra feita, publicando o *Prólogo* em papel timbrado da Presidência da República: *o Prólogo sou eu!* Foi Ramalho Eanes quem quis que o *Prólogo* veiculasse a *violência* de que fala Costa Neves. Se não foi ele que escreveu a *prosa* (é este o nome que Costa Neves utiliza para classificar, com algum desprezo, o texto do *Prólogo*), foi ele que a inspirou; o autor da *prosa* é um mero escriba. Ramalho Eanes quis assumir, como título de glória, a ignomínia do *Relatório da Serviços*. Este Relatório é também o *retrato de Ramalho Eanes*.

● Na altura, integrei um grupo de Colegas da Faculdade de Direito de Coimbra que publicou um opúsculo com uma crítica dura a este desgraçado *Relatório da Serviços*, opúsculo também assinado por alguns advogados de Lisboa, entre os quais Jorge Sampaio.² Classificámo-lo como “um nada jurídico, sobre o qual não se funda legitimamente qualquer crédito, (...) uma ofensa que impunemente continua como sintoma cruel de uma democracia que hesita entre uma esperança possível e um novo ‘tempo de desprezo’. (...) um inexorável acto de acusação para com pessoas que desempenharam funções de

² Ver *O “Relatório das Serviços” e a Legalidade Democrática*, Coimbra, Centelha, Março/1977 (foi também publicado no *Diário de Lisboa*, 9 de Março de 1977). Subscrevem este opúsculo: Orlando de Carvalho, Aníbal Almeida, António José Avelãs Nunes, José Joaquim Gomes Canotilho, José Teixeira Martins, Alfredo José Braga de Soveral Martins, José Joaquim Teixeira Ribeiro, José Manuel Merêa Pizarro Beleza, Duarte Vidal, Vítor Miragaia, Inácio Fiadeiro, Jorge Sampaio, José Manuel Correia Pinto, Levy Batista e Luís Azevedo.

destaque nos mais qualificados órgãos político-militares da Revolução Portuguesa (...), que visava a aplicação sumária de autênticas ‘penas infamantes’ por via administrativa”, visando de modo ostensivamente hostil o gabinete do Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves, o Gabinete do Almirante Rosa Coutinho e o COPCON.

- Foi difícil de compreender que, no contexto da época, este verdadeiro *retrato da pulhice humana*, exemplo típico da ‘normalidade democrática’ *novembrista*, não tenha sido condenado publicamente por nenhum dos que se reclamaram vencedores do 25 de Novembro. Triste sinal dos tempos.

Por isso fiquei satisfeito quando vi (só há pouco tempo...) que, em *Nota* divulgada através da Associação 25 de Abril (30.9.2016), que já citei várias vezes, o Cor. Vasco Lourenço denuncia a falta de “isenção e honestidade intelectual da Comissão” que elaborou tal *Relatório*, acrescentando que, ainda durante o período de funcionamento da Comissão, ficou claro que “as conclusões estavam plenamente tiradas, só se procurando factos que melhor servissem para defender e justificar as mesmas”, e concluindo que tal *Relatório* foi um dos instrumentos ao serviço da “onda de perseguições revanchistas aos militares de Abril”, tendo atingido a honra de pessoas sérias como “Rosa Coutinho e outros militares de Abril, então marginalizados e até perseguidos.”

Esta é a ‘democracia consolidada’ pelo 25 de Novembro. Tão ‘consolidada’ que o dito *Relatório das Sevícias* (claramente encomendado e manipulado para ‘provar’ o que de antemão estava definido) continua, até hoje, a ser usado como arma de contra-informação, a prestar serviços aos adversários do 25 de Abril e aos revanchistas que nunca se cansam de denegrir o bom nome do 25 de Abril e dos democratas que abriram *as portas que Abril abriu*.

A *pulhice humana* continua a exibir-se sem um pinga de vergonha. Como é sabido, o *Relatório* nunca foi secreto: foi submetido à AR e foi publicado de imediato, em livro e num jornal diário de grande divulgação, e o original está na Torre do Tombo, desde o início, à disposição de quem o queria consultar. Mas, a certa altura (Março/2021), ao que parece a partir de um comentário na SIC do democrata do MDLP José Miguel Júdice, algumas publicações ao serviço da direita e dos interesses que a movem (*Observador*, *ZAP.aeion*, *Inconveniente*) descobriram que o famoso *Relatório das Sevícias* estava depositado no Arquivo da Presidência da República com a classificação de SECRETO. E atribuíram ao Presidente Marcelo Rebelo de Sousa o gesto patriótico de permitir o acesso público ao dito *Relatório*. No dia 3 de Março de 2021, a SIC Notícias realizou mesmo um programa intitulado “Presidência retira classificação de ‘secreto’ ao relatório das Sevícias.” O Coronel Castro Carneiro diz que

foi ver este programa, tendo apurado que o carimbo SECRETO não consta da capa do *Relatório* nem de nenhum das outras páginas exibidas no programa.³

O Presidente Marcelo deve ter ficado satisfeito por lhe atribuírem tão relevante serviço prestado à Pátria. No meio de tanta alegria, esqueceu-se de vir a público desmentir os mentirosos. Incluindo aqueles que, certamente pagos para isso, insinuaram, invocando José Miguel Júdice, que o *Relatório* se manteve SECRETO “porque Jorge Sampaio [que foi, recorde, o Presidente da República antes de Marcelo] foi um dos juristas que tentaram desculpar, para lá do desculpável, a tortura praticada pelas forças da revolução.”⁴

Obrigado, meu Caro Amigo, por partilhar connosco este património tão valioso, inicialmente destinado apenas à sua família.

- Termina convocando Vasco Gonçalves, que nunca falta a estas sessões.

Disse ele: “O que mais me espanta nessa gente é a falta de patriotismo. (...) Essa gente é o que é, eu sou um homem do MFA.”

Dele disse Melo Antunes: “Vasco Gonçalves tinha muitas qualidades, a maior das quais uma enorme sinceridade em tudo o que acreditava.” Quando a Comissão Coordenadora do MFA o escolheu para exercer as funções de Primeiro-Ministro, ele “consubstanciava o espírito de todas as acções que tornaram vitorioso o 25 de Abril, assim como toda a firmeza que o Movimento tem sabido manter a partir desse dia.”

O Coronel Engenheiro Nuno Pinto Soares lembra-nos que Vasco Gonçalves *nunca quis ser o dono da revolução*: “Não esqueçamos a sua competência, a sua lealdade, a sua honradez, a sua preocupação de unidade política. Raramente os seus governos tomaram decisões antes de as medidas em causa serem debatidas na Comissão Coordenadora, no Conselho de Estado ou, mais tarde, no Conselho da Revolução. (...) Os seus erros terão de estar ligados aos nossos [da Comissão Coordenadora do Programa do MFA]. (...) A missão que lhe foi cometida foi o cumprimento do Programa do MFA. Foi isso que ele fez, com elevado sentido patriótico. O resto é baixa política.”

Viva a política! Fora com a baixa política!

António Avelãs Nunes
Coimbra, 13.11.2025

³ No livro *ENCONTRO...*, cit. (pp. 137-154, 163-172), o Coronel Castro Carneiro aborda com algum vagar esta problemática.

⁴ O Coronel Castro Carneiro refere (*ob. cit.*, 168) um artigo no *Expresso* de 25.2.2021, assinado por um tal Henrique Raposo.